

# O SÉCULO XXI SOB A ÉGIDE DO FETICHISMO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO<sup>1</sup>

*Márcia Teresa da Rocha*

*Pimenta*

Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

E-mail: [mtrp@terra.com.br](mailto:mtrp@terra.com.br)

*Maria da Glória Serra Pinto de Alencar*

Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

E-mail: [glorinha500@hotmail.com](mailto:glorinha500@hotmail.com)

## RESUMO

Abordagem crítica da ação do capitalismo contemporâneo, em face dos ditames do neoliberalismo, para desvendar o discurso apologético da chamada “sociedade da informação”, no curso do século XXI. Sob a lógica destrutiva do binômio Estado-capital e o discurso enganador da economia mundial “globalizada”, focalizam-se a informação e a inclusão digital, a partir da idolatria que os indivíduos nutrem pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC. Tal fetichismo decorre das falaciosas possibilidades de inclusão social, notadamente em países periféricos, de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil. Por fim, alerta-se sobre os riscos de se viver exclusivamente em função do imperativo tecnológico, sob a equivocada promessa de se terem pessoas, organizações e países mais desenvolvidos e livres.

**Palavras-Chave:** Século XXI. Fetichismo da Informação. Sociedade da Informação. Tecnologias de Informação e Comunicação. Capitalismo.

THE 21ST CENTURY UNDER THE FETISHISM OF  
INFORMATION AND COMMUNICATION  
TECHNOLOGIES – ICT

## ABSTRACT

Critical approach to the action of contemporary capitalism, in the face of the dictates of neoliberalism, to unveil the apologetic discourse of the so-called information society in the course of the 21st century. Under the destructive logic of the capital-state binomial and the misleading discourse of the “globalized” world economy, information and digital inclusion are focused, based on the idolatry that individuals nourish through ICT. Such fetishism stems from the fallacious possibilities of social inclusion, notably in peripheral countries, of late capitalism, as is the case of Brazil. Finally, it warns about the risks of living exclusively in the light of the technological

<sup>1</sup> Extratos das teses de doutorado apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP-UFMA).

imperative, under the mistaken promise of having more developed, free people, organizations and countries.

**Keywords:** 21st Century. Fetishism of Information. Information Society. Information and Communication Technologies. Capitalism.

## 1 INTRODUÇÃO

Na segunda década do século XXI, os apologistas das novas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC ainda proclamam que estamos em uma nova era: a da informação. Era da informação e do conhecimento ou seria, por trás de todo o apelo ideológico que permeia esse discurso, a era da indeterminação?

O advento da “revolução tecnológica” está, na realidade, relacionado com a reestruturação produtiva capitalista que se manifesta sob o manto da ideologia neoliberal, iniciada na década de 1970, no centro do capitalismo mundial e, a partir da década de 1990, no Brasil. Esse processo vem interferindo, de modo incisivo, na organização da produção, influenciando diretamente as esferas do Estado e das políticas públicas.

Assim, ao mesmo tempo em que os ideólogos do capital tecem o seu discurso tecno-ufanista sobre a nova “sociedade da informação”, a teoria marxista contribui para o entendimento dessa nova configuração de sociabilidade capitalista, alertando para o fato de que, na verdade, estamos ainda vivenciando uma nova fase de intensas redefinições do capitalismo. Oliveira (2007, p. 34), numa análise consistente sobre a realidade brasileira, denomina tal fase de era da indeterminação: “trata-se de um novo processo no capitalismo mundial, cujas expressões são ainda mais fortes na periferia.” Santos (2007, p. 292), ao se referir à análise de Oliveira (2007), destacou: “a era da indeterminação inaugura-se com os efeitos da financeirização do capitalismo, da explosão da dívida externa e da perda da centralidade do trabalho provocada pelo avanço tecnocientífico da Terceira Revolução Industrial.”

Isso significa atestar que a “Terceira Revolução Industrial” ou “Revolução Tecnológica” é uma revolução industrial capitalista pautada, em sua constituição, pelas reformas neoliberais. “A chamada Sociedade da Informação é uma sociedade da exclusão.” O desenvolvimento das TIC, caracterizado como um dos elementos determinantes dessa nova era, está intrinsecamente relacionado ao processo de mundialização do capital, à

reestruturação produtiva e aos fenômenos que deles decorrem, como: o desemprego, a flexibilização e a precarização do trabalho e a perda de conquistas sociais por parte dos trabalhadores. (BOLAÑO, 2005, p. 2).

Dessa forma, sendo as inovações das TIC e a financeirização do capital (inovações/especulações financeiras) os elementos que movimentam o capitalismo contemporâneo (FARIAS, 2003), a classe trabalhadora deve “ajustar-se” a essas novas exigências do mundo do trabalho como forma de garantir a sua sobrevivência, necessitando, então, da sua capacitação em relação ao uso das TIC. Os países periféricos, que não fazem parte do centro do capitalismo mundial, devem, assim também, buscar a inovação e o domínio das tecnologias mais avançadas como uma meta para que possam sobreviver na “nova ordem mundial”.

A partir deste preâmbulo, pretendemos realizar, no presente artigo, uma abordagem crítica da ação do Estado, na atual fase do neoliberalismo, para a sustentação do discurso da propalada “sociedade da informação” e discutir o fascínio/fetichismo provocado pelas novas TIC, realçando a informação como mais uma importante mercadoria do universo capitalista.

## **2 AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PAÍSES PERIFÉRICOS**

Como reflexos ainda do século passado, nestas duas primeiras décadas do atual século XXI, a sociedade tem presenciado profundas e rápidas transformações no modo de produção, impulsionadas, principalmente, pelo acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que repercutiram e alteraram drasticamente o panorama mundial em suas dimensões política, econômica e social. Como resultado dessa dinâmica, acentuou-se a interdependência das diferentes nações, evidenciando-se uma tendência para a formação de um mercado único, com a economia “globalizada”.

Tais mudanças ocasionaram, também, o surgimento da fase denominada pela ideologia apologética de “revolução tecnológica”, relacionada, esta, com a reestruturação produtiva capitalista, que se manifesta, simultaneamente, com a ideologia neoliberal, iniciada na década de 1970, no centro do capitalismo mundial e, a partir da década de 1990, no Brasil, como resposta à crise do padrão de acumulação então vigente. Esse processo, que se inaugura com a transferência sistemática de capitais ao mercado

financeiro, vem interferindo, de modo incisivo, na organização da produção, influenciando, diretamente, a esfera do Estado e as várias áreas do conhecimento humano.

Ademais, se descortinarmos esse véu, constataremos que a reestruturação produtiva do capital e o neoliberalismo, dotados de forte caráter destrutivo, vêm acarretando profundas destruições das forças produtivas, da natureza e do espaço ambiental, dentre outras. Nesse sentido, conforme Antunes assinala (2000, p.167), “torna-se imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências”, principalmente para os países que não ocupam a centralidade no “sistema produtor de mercadorias”.

Em relação, principalmente, às novas TIC, o avanço do fenômeno denominado “globalização” aumentou consideravelmente o fosso que se criou entre aqueles que produzem tecnologia e aqueles que a consomem ou vivem à margem dela. Além do mais, torna-se notório que

A velha divisão do mundo entre ricos e pobres, dominadores e dominados, colonizadores e colonizados, encontrou um novo tipo de imperialismo com a globalização. Em consequência da sacralidade deste novo dogma, talvez seja adequado, apesar de herético, falarmos de dois tipos de globalização: a das metrópoles ou da dominação e a das colônias ou da dependência. (SOARES, 1999, não paginado).

O Brasil, por sua condição de dependência, o que lhe atribui um caráter periférico no sistema capitalista, sofre, de forma específica e acentuada, as influências da crise do capitalismo e do clima de instabilidade e de mutabilidade que pontuam esta era.

Segundo Santos (2001, não paginado), no que se refere à “globalização”, esta pode até apresentar uma nova face na atualidade, mas sua dinâmica já havia sido observada nos séculos XIX e XX, “principalmente por autores marxistas preocupados em explicar os mecanismos da acumulação do capital e da expansão dos monopólios imperialistas.” A referência a fenômenos históricos anteriores não significa, porém, desconhecer a emergência de novas realidades e conceituações. Como bem já destacamos e corroborando, ainda, com Santos (2001, não paginado),

Merece especial atenção a análise do impacto das mudanças que a globalização, liderada fundamentalmente pela revolução científica e tecnológica, está provocando na estrutura interna das sociedades contemporâneas e nas relações internacionais.

A modernização da tecnologia, entre outros fatores, tem gerado profundas transformações nos processos produtivos e nas estratégias de reprodução do capitalismo, mas deve-se salientar que a estrutura básica do sistema opera através dos mesmos mecanismos. O processo de globalização, embora se consolide nas últimas décadas, já estava contido no capitalismo desde sua origem. Esse modo de produção já nasceu com vocação internacional, pois a dinâmica da acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital faz parte da sua própria constituição e forma de expansão.

Vale ressaltar, também, que, como em etapas anteriores do capitalismo, e, principalmente, a partir da habitual divisão “tradicional-moderno”, a sociedade ocidental industrializada, tecnologicamente avançada e moderna, sempre se apresentou, para os novos ideólogos da modernização ou do capital, como um modelo ideal a ser seguido pelos países da periferia. (SANTOS, 2001).

Observamos, assim, que a ênfase dada às chamadas TIC, principalmente nestas últimas décadas, despertou nesses autores (os novos ideólogos da modernização ou do capital) um interesse ímpar em se entender como estas contribuem para uma nova dinâmica na sociedade. Sociedade esta denominada, pelos que discutem essa temática, como “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”, “sociedade pós-industrial”, “era da informação”, ou ainda “era do conhecimento”, dentre tantas outras designações. Nesse sentido, preconizam que a sociedade, de um modo geral, deve participar efetivamente dessa nova dinâmica. Porém, de acordo com o grau de desenvolvimento do capitalismo de cada sociedade, têm-se diferentes estágios:

No mundo pós-fordista, as nações estão divididas, basicamente, segundo o seu grau de progresso tecnológico. No topo da pirâmide estariam os países produtores de novas tecnologias e detentores dos conhecimentos de ponta. Na sequência, estão aqueles que consomem essas tecnologias e dependem desses conhecimentos. Por fim, à margem de tudo, estão aqueles que se encontram completamente excluídos da sociedade da informação. (SOARES, 2007, p. 71).

Nascimento (2011, p. 24) acrescenta que a ideologia dominante utiliza o discurso da sociedade do conhecimento ou da informação no sentido da fetichização das novas TIC, justificando que é através delas que a informação e o acesso ao conhecimento potencializam a vida em sociedade.

Ora, na verdade, ao analisarmos mais profundamente a situação atual do capitalismo, incorporamos ao nosso pensamento o que Soares (1999, não paginado) explica, afirmando:

O que se constata é que o neoliberalismo contemporâneo sacralizou a globalização. Esta está envolvida numa abrangência ideológica que vai do dogmatismo do mercado universal, passando pela democracia cosmopolita e pela vulgarização tecnológica, até alcançar a massificação da informação. Trata-se de uma panacéia que explica todas as situações, justifica todos os fatos, resolve todos os problemas.

Assim, percebemos que os países periféricos e a atual conjuntura brasileira, são influenciados por essa lógica na qual se verifica a ação ideológica advinda do Estado e do capital, provocada, ainda, pelo caráter fetichista das novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Isto é, incorpora-se à lógica dominante das metrópoles, nos países dependentes e periféricos

Isto é, na atualidade, existe uma vasta e diversificada literatura que atribui unicamente às chamadas TIC a total responsabilidade para a diminuição das desigualdades e tormentos sociais.

É interessante observar o discurso ufanista dos teóricos da “pós-modernidade” em relação aos novos meios tecnológicos, pois estes parecem não considerar as reais determinações que estão imbricadas neste estágio de desenvolvimento do capitalismo. Além do mais, tal ideologia, ao propalar apologia a essa “nova configuração de sociedade”, de onde advém o uso das novas TIC, deixa de reconhecer que, desde sempre, a sociedade esforçou-se para acumular e transmitir conhecimentos. Como bem afirma Kurz (2002, não paginado):

Mais espantoso deve parecer que, há alguns anos, esteja se disseminando o discurso da “sociedade do conhecimento” que chega com o século 21; como se só agora tivessem descoberto o verdadeiro conhecimento e como se a sociedade até hoje não tivesse sido uma “sociedade do conhecimento”. Pelo menos os paladinos da nova palavra-chave sugerem algo como um progresso intelectual, um novo significado, uma avaliação mais elevada e uma generalização do conhecimento na sociedade. Sobretudo se alega que a suposta aplicação econômica do conhecimento esteja assumindo uma forma completamente diferente [...]. Será esse o estágio final da evolução intelectual moderna? Uma macaqueação de nossas mais triviais ações cotidianas por máquinas, conquistando uma consagração intelectual superior? A maravilhosa sociedade do conhecimento aparece, ao que tudo indica, justamente por isso, como

sociedade da informação porque se empenha em reduzir o mundo a um acúmulo de informações e processamentos de dados e em ampliar, de modo permanente, os campos de aplicação destes.

O que Kurz (2002) salienta é que há um imbróglio nesse discurso, uma ideia aparente de que, por meio dos recursos midiáticos que a sociedade atual dispõe, seria possível uma nova ordem econômica, mas o que se verifica é que tal argumento é nada mais do que uma tentativa de mascarar as reais contradições existentes no modo de produção vigente. Ou seja: o discurso da “sociedade da informação” está completamente descolado do que se presencia no atual estágio do capitalismo. Daí porque se quer discutir o surgimento das TIC no contexto de uma sociedade burguesa na qual não se considera a história como resultado das ideologias e dos “heróis”, mas buscar-se-á, nas formações socioeconômicas e nas relações de produção, os fundamentos verdadeiros da emblemática “sociedade da informação”.

Assim, pretendemos, então, tomando alguns fatos como referência, colocar ao léu a realidade latente que esse discurso tenta encobrir. Como bem expressa Paulo Netto (1997), é preciso analisar, com profundidade, as contradições que se ocultam na realidade, superando a pseudoconcreticidade, para propor uma intervenção que tenha alcance e efetividade.

Na verdade, a interpretação dominante das consequências econômicas e sociais da expansão das TIC esteve contagiada pelos ideais ortodoxos/conservadores, que lideravam as discussões a respeito das transformações sociais iniciadas pela intensidade do processo de “globalização” econômica, ocorrido a partir dos anos 1980. (MATTOS, 2006).

Mattos (2006, p. 3) esclarece, ainda, que,

Historicamente, a expansão dessas novas TIC's coincidiu com uma guinada no discurso ideológico da maior parte dos ramos das chamadas Ciências Sociais em favor de uma abordagem conservadora. No campo da Economia isso é muito claro, notadamente a partir dos anos 80, após as eleições de Reagan e de Thatcher, quando se tornou hegemônico o discurso liberal/neoclássico, em substituição ao discurso e práticas de políticas macroeconômicas keynesianas, que haviam predominado durante os 25 anos do pós-Segunda Guerra, quando os países capitalistas desenvolvidos, principalmente, mas também a maior parte dos países do chamado Terceiro Mundo, havia trilhado um caminho de crescimento econômico sem precedentes, ao mesmo tempo em que reconheciam melhorias significativas em seus respectivos perfis de distribuição de renda (nesse quesito, principalmente os países europeus desenvolvidos

conheceram mudanças). A desaceleração econômica do final dos anos 70/início dos anos 80 acabou dando espaço para uma interpretação conservadora de suas causas, com a 'volta' da hegemonia do pensamento liberal, que havia sido relegado a plano secundário durante os Anos de Prosperidade do pós-guerra.

É, a partir desse contexto, que emerge o termo "Sociedade da Informação", por volta da década de 1970, especialmente no Japão e nos EUA (Estados Unidos da América), no âmbito de discussões sobre o que seria a "sociedade pós-industrial" e quais seriam suas principais características (TAKAHASHI, 2000). Naquele momento, os formuladores de políticas perceberam que a informação estava desempenhando um papel cada vez mais importante, não apenas em setores econômicos, mas também na vida social, cultural e política. (CARVALHO, 2007).

Nesse sentido, Marcondes e Gomes (1997, p. 59) assinalam que:

É interessante identificar as características da nova "Sociedade da Informação" e suas diferenças em relação ao estágio anterior, o da sociedade industrial. O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo tem, entre suas características, o novo estatuto da ciência como instituição e, como corolário desse processo, um desenvolvimento extraordinário e cada vez mais rápido das tecnologias [...] e sua vinculação crescente com o aparato produtivo.

Tais autores acrescentam, ainda, que

O fim do "socialismo real", com a queda do muro de Berlim, em 1989, e com o esgotamento econômico da ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), diante da corrida armamentista com os EUA, libera nesse país uma soma incalculável de recursos, antes mobilizados pela "guerra fria". Esses recursos são então investidos, basicamente, no desenvolvimento das TIC, muitas de origem militar, como a própria Internet. É aberto um novo ciclo econômico nos EUA, puxado pela indústria da informação, aí incluídos fabricantes de *hardware* e *software*, produtores de conteúdo como bases de dados, notícias, entretenimento etc., que se delineia como uma superação dos paradigmas tecnológicos, logísticos e de gestão da produção da sociedade industrial, levados ao seu grau máximo, pelo Japão, através dos métodos de gestão da qualidade total. (MARCONDES; GOMES, 1997, p. 59).

Assim, a maior batalha das novas TIC desenvolve-se na arena internacional. Katz (1995, p. 99) assinala que:

O domínio das TIC é uma peça chave na redefinição de qual será a potência hegemônica no mercado mundial.[...]



O debate desenvolvido nos anos oitenta sobre a “reindustrialização” dos Estados Unidos revela que a classe dominante norte-americana é muito consciente das consequências de um retrocesso na competitividade das novas tecnologias. O desafio do Japão, que em apenas dez anos conquistou a liderança internacional na fabricação de semicondutores, constituiu o sinal de alarme. O “reaganismo” desenvolveu gigantescos investimentos em informática militar, não apenas para ameaçar a ex-URSS, mas também para estimular o *high tech* contra o perigo comercial japonês.

A aplicação econômica das TIC desenvolveu-se após um longo período de provas na esfera militar. A economia armamentista serviu como campo de experiência de todas as inovações em curso e a maturidade desse desenvolvimento, nos anos 1980, facilitou a atual transferência de tecnologia de informação à esfera civil. (KATZ, 1995).

Diante dessa transferência, acentua-se o aspecto de inflexão que relaciona o capital e as TIC, com ênfase à Internet. A direção desta é alterada de uma rede acadêmica, ou seja, de um espaço aberto e livre de cobranças que comporta desde cientista até grupos alternativos, como os de autoajuda, para uma infraestrutura cada vez mais essencial para a reprodução do capital. (DANTAS, 1996).

O modelo capitalista molda a vida social de acordo com suas necessidades; sendo assim, o espaço da Internet, marcado também pela interação social, não poderia ser diferente. Situação semelhante foi observada com as telecomunicações nas décadas de 1920 e 1930, nos EUA, que, de atividades livres, passaram a serviços regulados e submetidos ao regime de concessão do Estado. (DANTAS, 1996).

Nesse sentido, a sociedade começa a ser impulsionada a criar mecanismos que aproximem mais participantes na tentativa de consolidação dessa “nova ordem”.

Indo nessa mesma direção, Sampaio Jr. (1999) alerta que, para Florestan Fernandes, o caráter do desenvolvimento induzido é determinado pelo modo que a sociedade dependente lida com as contradições geradas pela discrepância entre as aspirações de acesso ao estilo de vida do capitalismo central e a situação de atraso de sociedades dependentes.

Além disso, Soares (1999, não paginado) adverte:

Quando as elites locais sacralizam todas as formas de exploração e dependência, encontram nos meios de massa arautos eficazes do novo evangelho globalitário: a máscara da igualdade universal favorece o aprofundamento da desigualdade, da injustiça e da degradação.

Se, de um lado, a sociedade global propicia uma acelerada revolução científica e tecnológica, por outro lado, a dominação torna-se cada vez mais sofisticada e efetiva, levando a uma maior exploração e exclusão de amplos segmentos da população mundial.

A ideologia dominante ocupa um lugar relevante na reprodução do sistema. Prova disso é a ampla disseminação dos postulados e práticas efetivas do projeto neoliberal nas várias regiões do mundo. Ocorre, no entanto, que as contradições do sistema, que se manifestam através de crises e crescentes disparidades sociais, possibilitam a emergência de discursos e projetos alternativos. A visão homogeneizante da globalização não pode encobrir a realidade heterogênea e diversificada dos inúmeros interesses de classes e grupos que compõem a nossa sociedade. (SANTOS, 2001, não paginado).

Conforme Fernandes (2006) atesta, dependência e subdesenvolvimento fazem parte de uma estratégia de construção do capitalismo dependente por uma classe dominante.

Assim, numa face da moeda, têm-se o discurso de uma ideologia burguesa; na outra, provavelmente, reside um que realmente está a favor dos interesses e da participação da classe trabalhadora.

É evidente que as nações hegemônicas exportam suas ideologias e utopias. Nesse sentido, as ideologias e as utopias das nações hegemônicas são, também, as ideologias e as utopias das classes dominantes das nações dependentes. Portanto, é visível que a internacionalização das estruturas materiais das relações de mercado e de produção também se estende às superestruturas das relações do poder burguês. As burguesias das periferias sofrem, desse modo, uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora. (FERNANDES, 2006).

Incorporando essa lógica, teóricos, principalmente dos países dependentes, começam a discutir sobre a questão da inclusão digital, que seria a inclusão dos indivíduos na “sociedade da informação”, compreendendo a sua participação e acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços advindos das TIC e utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação.

Carvalho (2007, p. 4) questiona a participação do Brasil, um dos grandes representantes dos países periféricos, no programa Sociedade da Informação-SocInfo (Livro Verde brasileiro), argumentando:

A forma como foi construído o documento que se tornou a política pública mais importante do início desta década para a área de tecnologia, informática e comunicações, no Brasil, mostra que o programa fora elaborado por “encomenda” e às pressas.

Por encomenda de quem? O Brasil estava atrasado com relação a diversos países em desenvolvimento, para não mencionar os desenvolvidos, na definição de objetivos, estratégias e metas para seu ingresso na “Sociedade da Informação” global. Era preciso criar um ordenamento para o crescimento e a forma de uso das tecnologias no mercado interno, ao mesmo tempo em que havia uma pressão internacional para a explicitação de regras para parcerias com outros países, especialmente para assegurar garantias de investimento de empresas da área de informática. Sinteticamente, posso inferir que o Programa não foi elaborado para o Brasil. Duas constatações guiam meu raciocínio: a implementação do Programa e a participação social na formulação.

Dessa forma, verificamos que, na verdade, o SocInfo foi elaborado para criar condições para um ambiente regulatório das TIC, com vistas aos investimentos privados internos e externos, ao mesmo tempo em que se configura como um desdobramento das políticas de telecomunicações no período pós-privatização, ou seja, incorpora o espírito neoliberal que o Estado Brasileiro adotou nas últimas décadas.

Enfim, não foi uma demanda do conjunto da classe expropriada que procura o acesso à informação que provocou a inserção do Brasil na discutida “sociedade da informação”, mas o suporte ideológico neoliberal e a dinâmica estrutural do capital que consolidaram o novo modelo de acumulação orientado para a modernização e a inserção da economia brasileira no mundo “globalizado”.

### **3 O FETICHISMO DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA**

A moeda mais valorizada do mundo não é o euro, não é a libra, não é o dólar. É o conhecimento. E, como bem se sabe, é a informação que gera o conhecimento. Daí, esse enorme interesse dos países, das organizações e dos indivíduos pela informação – essa mola-mestra da atualidade.

Neste aspecto, sobre a relação entre o capitalismo contemporâneo e a discutível “sociedade do conhecimento (ou da informação)”, Duarte (2008, p.13) assim se expressa:

Reconheço [...] que o capitalismo do final do século XX e início do século XXI passa por mudanças que podemos sim considerar que estamos vivendo uma nova fase do capitalismo. Mas isso não significa que a

essência da sociedade capitalista tenha se alterado ou que estamos vivendo uma sociedade radicalmente nova, que pudesse ser chamada de sociedade do conhecimento. A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo. Dessa forma, [...] essa sociedade é, por si mesma, uma ilusão que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea.

Ao defender argumento semelhante, Nascimento (2011, p.55-56) enfatiza que:

A função da ideologia na sociedade do conhecimento, na atual conjuntura, é de sustentar uma interpretação da tecnologia como natureza salvífica, ou seja, como elemento determinante do todo social. [...] a sociedade do conhecimento consiste numa força ideológica que projeta as novas tecnologias de informação e comunicação para além das relações sociais, historicamente determinadas, e dissemina um padrão cultural dominante que as coloca como a chave da redenção humana.

Na sociedade de consumo, que tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, vivemos um momento de fascínio pelas inúmeras possibilidades que o mundo virtual nos apresenta. Por certo, as TIC, em suas mais variadas expressões, turbinaram essa desmedida atração que os indivíduos sentem, nos dias atuais, por toda essa parafernália tecnológica que inunda o mercado capitalista, por se traduzirem em importantes itens que veiculam/transportam/disseminam a informação-fetice.

Notadamente com a Internet, algumas barreiras que se antepunham à difusão do conhecimento desmoronaram, pois nela, como sabemos, o volume de informações disponíveis é infinitamente maior que toda a informação impressa. Isso desperta muito interesse. Por esse motivo, o fetichismo da tecnologia tem uma base real – não há como se negar este fato. E a pergunta vem a seguir: com os já avançados produtos que se tem hoje, o que virá depois? Qual a próxima parada?

Por ser a informação um patrimônio, um bem que agrega valor e que dá sentido a todas as atividades que a utilizam, hoje, é a sociedade como um todo que precisa dos recursos advindos das TIC. Como bem sabemos, “A produção capitalista tem um caráter infinito, gerando incessantemente novos produtos e novas necessidades.” (SAES, p.16). Sob o olhar schumpeteriano, que contém uma grande visão contemporânea, ao mesmo

tempo em que criam, as tecnologias destroem, sendo o progresso, no contexto capitalista, a consequência desse processo, ao mesmo tempo, destruidor e criativo. Assim,

O aspecto essencial a captar é que, ao tratar do capitalismo, estamos tratando de um processo evolutivo. [...] O capitalismo [...] é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar estacionário. O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria. (SCHUMPETER, 1984, p.112).

Ainda de acordo com Schumpeter (1984, p. 113), “Esse processo de Destruição Criativa é fato essencial acerca do capitalismo”, já que, para este autor, os três principais pilares de suporte do desenvolvimento econômico são: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Este empresário inovador, a quem Schumpeter se refere, é aquele capaz de empreender um novo negócio e cujas inovações tecnológicas levam à expansão das economias capitalistas.

A informatização, por atingir as mais diversas áreas do conhecimento, está, cada vez mais, presente na vida cotidiana, mesmo quando isso não é claramente percebido pelas pessoas. Por assim ser, na dita “sociedade da informação”, as tecnologias criam novas necessidades. Lembrando Marx (2003, p.235),

[...] a produção é imediatamente consumo, o consumo imediatamente produção. [...] A produção é a intermediária do consumo, a quem fornece os elementos materiais e que, sem ela, não teria nenhum objetivo. Por seu lado, o consumo é também o intermediário da produção, dando aos produtos o motivo que os justifica como produtos.

Importante se faz lembrar que “Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade.” (BAUMAN, 2008, p.76). Por outro lado, como atestado por Antunes (2005b, p.41-42),

[...] a sociedade do consumo destrutivo e supérfluo, ao mesmo tempo em que cria necessidades múltiplas de consumo fetichizado e estranhado, impede que os verdadeiros produtores da riqueza social participem até mesmo do universo (restrito e manipulado) do consumo. Parece que os homens e mulheres sem trabalho, os despossuídos do campo e das cidades, os assalariados precarizados em geral, as chamadas “classes

perigosas”, começam a questionar a lógica que preside a sociedade atual. Vieram para mostrar à sociedade sua injustiça, desigualdade, iniquidade e sua superfluidade, E para (re)conquistar seu sentido de humanidade e de dignidade.

De fato, a realidade atual é que vivemos um processo de mercantilização de tudo e de todos. A informação, como, aliás, tudo, também é uma coisa que, assim como pode ser comprada, pode ser vendida.

Certo é que as sociedades ocidentais passaram, com a dinâmica do consumo, a desenvolver um insaciável apetite por novidades. Neste sentido, assumindo um comportamento genuinamente fetichista, consomem e descartam objetos e pessoas como nunca antes na história. Ao se substituir o valor-de-uso pelo valor-de-troca das mercadorias, percebe-se, aí, a força da fetichização.

Sendo o fetichismo um item inerente ao ser social, este, “no momento de olhar as mercadorias e comprá-las, [desconsidera] o caráter de utilidade dos objetos para dar espaço ao prazer de comprar algo inesperado, diferente.” (PADILHA, 2006, p.51).

A sociedade tecnológica do capital abre a discussão sobre o fetichismo da informação, sendo esta entendida como mais uma mercadoria do capitalismo. Assim é que, nesse universo de nova configuração, entra em cena a informação-mercadoria que, pretendendo apreender o sentido do real, vê-se envolta por uma marcante bruma fetichista.

Sabendo-se, pois, que o termo fetichismo se refere a uma veneração, encantamento, idolatria, vício ou admiração exagerada, irrestrita, incondicional a uma pessoa ou coisa, e que a palavra fetiche diz respeito ao objeto ao qual se presta culto, por seu poder sobrenatural ou mágico, pode-se afirmar que, hoje, a informação é mais um fetiche, dentre tantos outros, que transita pela vida moderna. Assim é que “fetichismo da informação” ou “informação-fetiche” são expressões bem características da civilização tecnológica.

Para Bianchetti (2001, p.48),

[...] nada se compara ao papel estratégico atribuído à informação nestes últimos anos, nos quais é clara a supremacia do capital financeiro. Hoje, no aspecto político, a valorização econômica da informação é cada vez mais evidente. O uso mercantil da informação, ou indo mais direto, a sua transformação em mercadoria, redimensiona toda a relação com o estoque de informações, com o possuidor – tanto humano como mecânico – e com os meios, provocando e conformando transformações no

processo de produção e circulação. Podemos afirmar que a informação apresenta a dupla face de constituir-se como esfera produtora de mercadorias, mas também de entrar na esfera da circulação, ela própria, enquanto mercadoria.

O desenvolvimento da técnica na sociedade do capital tende a aparecer como desenvolvimento tecnológico, com objetos complexos assumindo formas comuns ou estranhas que, sob certas circunstâncias sócio-históricas, podem assumir alto potencial construtivo ou destrutivo. Na medida em que se amplia, o fetichismo da mercadoria imprime a sua marca indelével na sociabilidade humana, constituindo formas complexas de fetichismo social, criando a aparência de uma tecnologia onipotente – benévola ou malévola.

Foi em suas breves considerações sobre o fetichismo da mercadoria, que Marx (2010), n'O Capital, apresentou o que seria a negação da negação do fetichismo das coisas. Ou seja, para ele, apenas a instauração de “um processo social da vida sob o controle consciente e planejado de homens livremente socializados” é que seria capaz de abolir o fetichismo da mercadoria. Eis a utopia do comunismo para o velho Marx. O fetichismo é a essência de todo o sistema econômico de Marx, ou seja, “uma relação social expressa em coisas e através das coisas”.

As mercadorias são coisas sociais, que carregam propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. Pela teoria marxiana, então, o fetichismo é uma relação social entre pessoas mediatizada por coisas. O fetichismo é próprio do mundo das mercadorias já que, “à primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas.” O resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas. As pessoas agem como coisas e as coisas, como pessoas. Marx afirma que o fetichismo da mercadoria é algo intrínseco à produção de mercadorias, já que, na sociedade capitalista, o processo de produção se autonomiza com relação à vontade do ser humano. (MARX, 2010).

Fetichismo da mercadoria é, então, o modo pelo qual Marx denominou o fenômeno social e psicológico através do qual as mercadorias aparentam ter uma vontade independente de seus produtores.

Como explicado por Bauman (2008, p.22),

Escrevendo de dentro da incipiente sociedade de produtores, Karl Marx censurou os economistas da época pela falácia do “fetichismo da mercadoria”: o hábito de, por ação ou omissão, ignorar ou esconder a interação humana por trás do movimento das mercadorias. Como se estas, por conta própria, travassem relações entre si a despeito da mediação humana. A descoberta da compra e venda da capacidade de trabalho como a essência das “relações industriais” ocultas no fenômeno da “circulação de mercadorias”, insistiu Marx, foi tão chocante quanto revolucionária: um primeiro passo rumo à restauração da substância humana na realidade cada vez mais desumanizada da exploração capitalista.

Bottomore (2001, p.150), por sua vez, esclarece que:

A teoria do fetichismo da mercadoria nunca é retomada explicitamente e mais extensamente em *O Capital*, ou em qualquer outra obra de Marx. Não obstante, sua influência pode ser claramente discernida nas críticas de Marx à economia política clássica. O fetichismo da mercadoria é o exemplo mais simples e universal do modo pelo qual as formas econômicas do CAPITALISMO ocultam as relações sociais a ela subjacentes, como, por exemplo, quando o CAPITAL, como quer que seja entendido, e não a MAIS-VALIA, é tido como a fonte do lucro. [...] Sua análise estabelece uma dicotomia entre aparência e realidade ocultada (sem que a primeira seja necessariamente falsa) que pode ser levada para a análise da IDEOLOGIA.

Importante se faz observar que, em Marx, a doutrina do fetichismo e a teoria do valor acham-se umbilicalmente ligadas, já que “o valor parece inerente às mercadorias, natural a elas como coisas.” (BOTTOMORE, 2001, p.149).

Com tantas novidades sobrepostas, multiplicaram-se as conexões, as relações, as interdependências, as comunicações entre as pessoas e as nações, o que não significa que essas ligações sejam robustas ou longevas. E este é o grande desafio que se apresenta para a humanidade: numa sociedade individualizada, combater a exacerbação do “eu” e dos laços rarefeitos, resgatando o sentido de coletividade, num processo de autoeducação contínuo para entender o mundo e as novas dinâmicas geradas pelo irrefreável avanço das tecnologias. Desse modo, com uma vida marcada pela informatização e sistemas de automação, onde tudo muda com um clique, sugerindo beleza, conforto, praticidade e segurança, o homem se entrega à ascensão sedutora da tecnologia, deixando-se encantar apenas pelas vantagens de um mundo de perfil moderno, funcional e dinâmico, movido por botões e controles remotos.

Ora, na chamada “sociedade da informação” como não se estabelecer com a informação uma forte relação fetichista, já que, tanto no mundo real quanto no virtual, há



um profundo maravilhamento em torno dessa mercadoria chamada informação, à qual é atribuído o poder de resolver todas as questões que afetam os seres humanos e o mundo ao seu redor? Se essa crença vem sendo reforçada, a cada instante, pela ação e influência das TIC, notadamente pela Internet, há como se atenuar o presente cenário de completa dependência de tais recursos ou a tendência é que esse quadro de absoluto fetichismo da informação se acentue cada vez mais?

Certo é que a informação passou a ter um valor e um preço, a ser considerada um bem desejável, funcionando como alavanca social para o indivíduo e como condição fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Mas, como lembra Milanesi (2002, p.53), “da mesma forma que se paga para tê-la, se ganha para dá-la”. Ou seja, de fato, a informação é amplamente reconhecida como mais um bem de consumo do mercado capitalista.

Depois da primeira revolução industrial – a que apresentou ao mundo a máquina a vapor e a indústria mecanizada -, e a segunda – a que passou a empregar máquinas elétricas e levou a indústria a vários países do mundo -, colhemos, hoje, os frutos da terceira revolução industrial, que intensificou a “globalização” socioeconômica e fez da Internet a sua espinha dorsal. Ao mesmo tempo, vemos a quarta revolução industrial despontando no horizonte: a alvorada de um tempo em que as máquinas realizarão a maior parte do trabalho e o ser humano terá, precisamente, a missão de produzir, veicular e gerir informação e conhecimento.

E assim, no limiar da quarta revolução industrial, vamos passando do homem “engrenagem da máquina” para o homem “concentrador da informação”. De outro modo, dir-se-ia que o fetichismo da informação toma o centro da discussão e nós nos transformamos em autênticos “garotos propagandas” hiperconectados, fortalecendo a indústria e suas marcas através da explosão das mídias sociais. Para tanto, infindadas tentativas serão feitas para dobrar a consciência crítica dos indivíduos e transformá-los em repetidores passivos da propaganda. E a esta maléfica proposta do capitalismo, todos devem ficar bem atentos e imunizados.

Ao acentuar o fetichismo da informação,

A esboçada “globalização” adquiriu os seus contornos nítidos e se ampliou levada pelas mudanças no campo informacional. Esta teve três grandes momentos: o rádio, a televisão e a internet. Com a criação e o desenvolvimento dos computadores foi dado um novo salto de qualidade na comunicação: o modelo da chamada “comunicação de massa” – um

emissor para milhões de receptores com baixa possibilidade interativa – passou a ter uma alternativa: a internet, em que cada emissor pode ser receptor e vice-versa. (MILANESI, 2002, p.50).

Uma vez que o consumo se dá pela indução simbólico-psicológica, numa economia de mercado, o uso sistemático de informações através da publicidade ou da propaganda, com base nas tendências mercadológicas e nas pesquisas sobre preferências de consumo, por exemplo, é determinante para a abertura das fronteiras do consumo massivo. O uso dos recursos midiáticos, neste aspecto, aprofunda em muito o fetichismo da mercadoria informação, por ampliarem as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática.

Para lembrar, por exemplo, “As marcas são códigos cuidadosamente manipulados pela publicidade para a manutenção da ‘sociedade de consumo’, que depende da sua capacidade de criar e manipular necessidades humanas.” (PADILHA, 2006, p.18).

Isto posto, não apenas o fetichismo da informação em si, mas, sobremaneira, o fetichismo da Internet, também, é uma realidade no universo contemporâneo, já que a Rede torna-se um objeto de adoração, uma mercadoria dotada de um valor simbólico.

Sim, especialmente no contexto do capitalismo contemporâneo, o universo das TIC é tão amplo e instigante quanto o profundo interesse que pessoas, organizações e países nutrem por ele. E não apenas em nome da modernidade, mas sim de uma necessidade real, criada e fartamente alimentada pelo próprio espírito demolidor do sistema capitalista, que promove os produtos não apenas por seu valor de uso ou funcionalidade, mas os vende, principalmente, como tradução exata de um novo “estilo de vida”, ocorrendo, assim, uma maior intensificação nos processos de fetichização do objeto, a partir, como em Ortiz (1994), da perspectiva de “objetos mundializados” ou de símbolos “partilhados mundialmente”.

Como nos ensina Marx, portanto, o fetichismo possui um caráter ambíguo, na medida em que é, simultaneamente, “perceptível e impalpável”, em outras palavras, visível e invisível, posto que o espaço de visibilidade do valor da mercadoria é, ao mesmo tempo, o espaço de invisibilidade das relações sociais subjacentes. Desse modo, as relações sociais deixam de ser a forma essencial, ou seja, aquela que confere inteligibilidade ao movimento do capital e se reificam. De acordo com Bottomore (2001, p.314), pela reificação (ou coisificação), dá-se “a transformação dos seres humanos em

seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas.”

Lembrando que, para Marx, mercadoria é uma coisa apta a satisfazer necessidades humanas, a satisfação de necessidades constitui condição *sine qua non* para qualquer mercadoria. Segundo sua definição, não existe nenhum valor de troca sem valor de uso (satisfação de necessidades); porém, pode existir valor de uso sem valor de troca, se bem satisfizerem necessidades. (HELLER,1978, p.21).

De fato, a partir da simples observação da realidade, Marx (2010, p.57) pôde constatar que:

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. [...] A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Tal raciocínio comporta perfeitamente o conceito de informação como mercadoria que, despertando tanto fetichismo, satisfaz necessidades humanas, notadamente no contexto da sociedade capitalista contemporânea, ainda que seu consumo (acesso e uso), mesmo com tantos recursos tecnológicos para tal fim, não se cumpra de forma equilibrada e democrática.

Na opinião de Padilha (2006, p.94),

Essa sociedade que se baseia na quantidade de mercadorias oferecidas para medir a satisfação das necessidades humanas e, a partir daí, ser denominada democrática, é o que Debord (1987) chamou de “sociedade do espetáculo”, o que Langman (1994) chamou de “sociedade do divertimento”, e o que Quessada (1999) chamou de “sociedade de consumo de si”. Numa perspectiva crítica, Debord reconhece nessa sociedade a alienação e o fetichismo da mercadoria, pois crê na dominação total da existência humana pela mercadoria.

Ora, a temática do consumo e da cultura do consumo nunca foi tão analisada como atualmente, localizando-se na encruzilhada das dimensões culturais, educacionais, políticas, sociais, econômicas e psicológicas. É, por certo, um assunto fortemente atrelado à “sociedade da informação”, nas diversas dimensões do cotidiano, pois nunca se

consumiu tanta informação como agora. Assim, pergunta-se: vivendo numa sociedade consumista por natureza, é possível escapar ao determinismo imposto pelo capitalismo de consumo? É possível, nos dias que correm, não consumir informação?

A Internet, puro fetiche, que aparece, hoje, como agente “democratizador e humanitário”, aprofunda o consumo de informação, dentro do sistema em que surgiu e do qual se nutre - o neoliberalismo.

Esta dependência consumista, torpor influenciado pela tecnologia e os meios de comunicação de massa, é sintetizada pelo “estar na moda, estar na ordem do dia”, uma forma de reciclagem cultural permanente de um indivíduo ou sociedade, baseado na “globalização” e eliminação das fronteiras culturais, como assinalado por Jean Baudrillard em “A sociedade do consumo”, livro considerado uma importante contribuição para a sociologia contemporânea. Para este autor,

Todo o discurso, profano ou científico, acerca do consumo se articula na seqüência mitológica de um conto: um homem, “dotado” de necessidades que o “impellem” para objetos, “fontes” da sua satisfação. Mas, como o homem nunca se sente satisfeito (aliás, é censurado por isso), a história recomeça sempre indefinidamente, com a evidência defunta das velhas fábulas. (BAUDRILLARD, 2008, p.78).

Na concepção de Baudrillard, a felicidade – ou a busca desta – é o que gera e alimenta a sociedade de consumo, frisando que essa felicidade deriva da evolução da sociedade moderna, na sua forma mais crua e sádica. Portanto, à maioria, pequenas conquistas, minúsculas vitórias, pois o consumo em abundância é, de fato, para poucos. Tendemos a acreditar que nós somos as coisas que compramos. Que elas indicam o nosso grau de sucesso e nos farão felizes. E, assim, seguimos, comprando coisas, acumulando coisas, guardando coisas, mantendo coisas, consumindo coisas que, às vezes, de tão desnecessárias, acabam nos consumindo... A essas coisas, atribuímos alma, atribuímos animação e a capacidade de nos dominar. E nem nos lembramos que novos tempos pedem novos comportamentos, que ações sustentáveis são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais consciente. Até onde vamos nessa obsessão consumista? Ao atendermos, cegamente, aos ensurdecadores e ininterruptos apelos do mercado capitalista, ignoramos as regras do consumo consciente e inteligente, dando pouca ou nenhuma atenção aos itens recicláveis, renováveis ou reaproveitáveis, que sempre

ênfatisam a questão da sustentabilidade. Em Pacheco (2001, p.32), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

[...] uma sociedade sustentável é aquela que consegue sustentar a vida em todas as suas dimensões, com qualidade e dignidade (noção que se aplica especialmente à vida humana). [...] Nesse sentido, não é possível fracionar a sustentabilidade. Trata-se de uma categoria que se aplica, de forma indistinta, tanto a partir do meio natural como do meio social. Aliás, este é indissociável daquele. Não existe nenhum meio social sem um meio natural que lhe sirva de substrato.

Antunes (2005a, p.120), sempre inconformado com estes tempos de extremo irracionalismo, completa mercantilização do mundo e “mercadorização” de tudo o que se produz, afirma que:

[...] estamos presenciando, no plano mais global, a vigência de uma sociedade do capital fortemente destrutiva, involucral, geradora do descartável e do supérfluo, a chamada era do *entertainment*, que faz aflorar, com toda evidência, o sentido de desperdício e de superfluidade que caracteriza a lógica societal contemporânea.

A despeito disso, conforme é decretado pela sociedade de consumidores, orientada pela cultura consumista e plena de necessidades, impulsos, compulsões e vícios, “ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria [...]” (BAUMAN, 2008, p.20).

Mais adiante, esse mesmo autor afirma que, diante das “irresistíveis” e diversificadas ofertas do mercado,

Bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto [...] se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam, desempenhar suas obrigações sociais e proteger a auto-estima - assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso -, consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão a esses apelos. (BAUMAN, 2008, p.74).

Com o fetichismo da mercadoria, característico da sociedade de consumo, portanto, o ser humano não compra o real, mas sim a transcendência que determinado objeto representa, ou seja, o produto passa a ter um valor simbólico, sendo, por isso, reconhecido como algo quase que sublime, digno de adoração. Isso nos leva a querer ter

mais coisas o tempo todo. E como a oferta de produtos é ilimitada, os anunciantes nos dizem, insistentemente, que precisamos comprar mais e mais, para manter a máquina do consumo a todo vapor. Nesse momento, é preciso não esquecer o grande conselho do jornalista, cartunista e escritor brasileiro Millôr Fernandes (1923-2012): “O importante é ter sem que o ter te tenha”. Portanto, não sermos possuídos por aquilo que possuímos, não sermos propriedade do que somos proprietários.

De fato, o fetichismo da mercadoria se apresenta como um marcante fenômeno da sociedade capitalista mundializada. Assim, na visão de Barnet e Cavannagh (apud Chesnais, 1996, p.40), a civilização do capitalismo mundializado é a civilização do “bazar cultural mundializado” e do “shopping center global”, que estabelecem novos hábitos de vida, baseados, sobremaneira, na chamada “americanização” dos costumes, que, numa sociedade controlada pela racionalidade econômica do mercado, estimula, a todo instante, a prática do lema “compro, logo existo”.

Nesse contexto, a regra que vale para qualquer produto do mercado capitalista contemporâneo, vale, também, para a mercadoria informação-fetice, cujo fetichismo peculiar faz com que ela brilhe como se tivesse vida própria, fosse um valor-em-si, e não de troca.

A bem da verdade, hoje, a fetichização da mercadoria carrega uma acepção tão forte, que, talvez, não fosse imaginada nem por Marx quando este, inicialmente, trabalhou tal conceito.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos últimos 50 anos, houve mais desenvolvimento tecnológico do que em toda a história anterior da humanidade, fundando uma nova configuração de sociedade, que trouxe uma série de ferramentas que turbinaram o nosso cotidiano, nos soterraram com novas tarefas e demandas, tornando-nos reféns dessa mesma tecnologia.

Por isso, formar o indivíduo para um mundo “globalizado” e para os seus novos parâmetros, além de uma tarefa difícil, envolve a capacidade de utilização dos recursos infindáveis da informática, da computação, da telemática e das *infoways*, que compõem uma revolução cultural transformadora. A parafernália tecnológica de *tablets*, *notebooks* e celulares faz parte da rotina das Gerações Y (nascidos nos finais dos anos 1970 e início dos 1990) e da Geração Z (nascidos de 1992 a 2010). Aos que nasceram antes da década

de 1970, resta um processo de adaptação compulsória, às vezes penosa, que contradiz a promessa inicial de que mais tecnologia seria igual a mais tempo livre.

Certamente que a questão central não é descartar a tecnologia, mas sim rejeitar a submissão a ela, de modo a garantir que o urgente não tome o lugar do importante.

A sociedade do século XXI, que carrega, conforme visto, tantas denominações, é também considerada a “sociedade do excesso”, onde as pessoas, organizações e países precisam lidar cotidianamente com um excesso de tarefas, decisões, cobranças, desejos, ofertas, informações. Nessa sociedade, consumimos mais do que precisamos. Bauman (2010, p.74) se refere a essa mesma sociedade como “sociedade do medo”, afirmando que “os políticos e os vendedores de bens de consumo acabam transformando esse aspecto [o medo, que gera insegurança] em um mercado lucrativo.”

Na sociedade atual, a realidade nos mostra que o novo envelhece em tempo recorde, as relações começam e terminam num piscar de olhos, as identidades se reformulam do dia para a noite. Impera, em diferentes campos da existência, portanto, a lógica do consumo e do descarte instantâneo.

Nesse cenário contemporâneo, movido por tanta tecnologia e tanta informação, importante se faz não esquecer que todo país é uma malha política. Tudo está em estreita ligação com as decisões políticas tomadas pelo Estado. As políticas públicas interferem na economia e na sociedade; portanto, devem levar em consideração as relações entre Estado, política, economia e sociedade. Num mundo de relações “globalizadas”, há um discurso enganoso quando se brada “não” às desigualdades entre os países, as organizações e os sujeitos sociais, especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, com o surgimento de uma nova economia em escala global – a chamada economia informacional. As TIC, obviamente, são mercadorias de destaque nesse cenário.

Por ser o Brasil um país capitalista periférico, com histórica submissão das políticas sociais às políticas econômicas, dezessete anos após a instalação do SocInfo, ainda seguimos com altos índices de exclusão digital, ou seja, uma significativa parte da população brasileira ainda não está inserida na tão discutível “sociedade da informação”, isto é, não participa nem tem acesso ao complexo e heterogêneo conjunto de bens, aplicações e serviços advindos das TIC, utilizados para produzir, distribuir, processar e transformar a informação. Tal quadro, decerto, ainda compromete fortemente o acesso e o uso da informação por larga parcela da população brasileira, com efeitos danosos no processo de avanço da ainda utópica “democratização da informação” em nosso território,

pois, como sabemos, para construir uma sociedade civilizada e ética, onde a informação seja amplamente disponibilizada e utilizada, é preciso que o Estado, trabalhando em prol do interesse dos cidadãos, estabeleça igualdade de oportunidades para todos. Nesse sentido, necessário se faz que o Estado brasileiro passe a trabalhar de luz acesa, com transparência, portanto, sem “jeitinhos” ou atalhos, para, no mínimo, atenuar nossas desigualdades tão profundas.

No entanto, ainda que, por vezes, se tenda a cair na armadilha da realidade atual, quando pensamos que a sociedade não tem salvação, em tempos de incertezas e mudanças repentinas, ao se procurar entender o mundo atual, mesmo se visualizando seus contornos colapsados, não há que se enxergar apenas o seu lado negativo, penoso, indigno e degradante. De fato, há quem afirme que, pelas mãos das TIC, nunca fomos tão modernos, tão exageradamente interessados e tão dependentes da nuvem tecnológica que nos envolve, persegue e desafia. Justamente por viver em meio a tanta insegurança, dúvidas e riscos, o homem dos tempos que correm tem procurado buscar alternativas e recursos, tanto no plano real quanto no virtual, que garantam uma vivência com melhor qualidade, em todos os aspectos que se possa imaginar. Prova disso é a sua busca incansável por uma vida mais saudável, equilibrada e feliz, num planeta avariado e repleto de ameaças de toda ordem que, insistentemente, desafiam a ciência e a tecnologia.

Aproximando-se dos seus semelhantes, combatendo a poluição, o desmatamento, as enfermidades físicas e mentais, os preconceitos, a insegurança, o individualismo, a violência, o aquecimento global, a praga da corrupção, a arbitrariedade, o desemprego, as drogas, a miséria, a guerra, a ditadura da imagem, a escassez da água, a exposição da privacidade nas redes sociais, a extinção de várias espécies, a fome, o terrorismo e a tirania de tantos outros agentes estressores - naturais ou conjunturais -, que habitam o seu dia a dia, o homem vislumbra a necessidade de se reconciliar, em novas bases, com o mundo em que vive, reprogramando-se para enfrentar os crescentes desafios do nosso tempo. Afinal, nem tudo está perdido quando se nutre a capacidade de, com obstinação, inteligência e criatividade, enfrentar e resolver problemas em ambientes originalmente sombrios e hostis. Como sabiamente determina Bauman (2007, p.62), “tudo que é feito por seres humanos pode ser refeito por seres humanos. Nesse caso, portanto, não aceitamos quaisquer limites à reconstrução da realidade.”

Nesse sentido, preocupado com os rumos que o sistema capitalista irá tomar, Mézáros (2011, p.66), sentencia: “No que se refere ao futuro desenvolvimento do



capitalismo, torna-se um ponto da maior relevância impedir que uma terceira guerra mundial possa se constituir numa solução para a grave crise estrutural da sociedade.”

Com efeito, ainda que se reconheçam as dificuldades de se viver numa sociedade fragmentada e imagética como a nossa, que estimula o imediatismo, o individualismo e a fragilidade dos laços humanos, graças, em boa medida, à acelerada expansão do mundo virtual, capitaneado pelas TIC, e ao sistema capitalista que tudo mercantiliza, urge que se cultive um planeta verdadeiramente sustentável, justo, pacífico e solidário, que respeite as diferenças e persiga, de forma intrépida e obstinada, a igualdade econômica e social.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil:** Collor, FHC e Lula. Campinas-SP: Autores Associados, 2005a.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005b.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo.** São Paulo: Edições 70, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BIANCHETTI, Lucídio. **Da chave de fenda ao laptop:** tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Petrópolis: Vozes; Campinas: UNITRABALHO; Florianópolis: UFSC, 2001.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Sociedade da informação, reestruturação produtiva e economia do conhecimento. **Telos**, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, Juliano Maurício de. O vade-mécum verde: políticas de tecnologias da informação e comunicação na era FHC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. **Anais...** p. 1-15. Disponível em: [www.intercom.org.br](http://www.intercom.org.br). Acesso em: 28 dez. 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

DANTAS, Marcos. A lógica do capital-informação: fragmentação dos monopólios e monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. **Comunicação & Política**, v.3, n. 1, p. 34-57, jan./abr. 1996.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.

FARIAS, Flávio Bezerra de. A economia política do financeiro. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.7, n.2, p. 141-174, jul./dez. 2003.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

KATZ, Cláudio. Sete teses sobre as novas tecnologias da informação. In: \_\_\_\_; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

KURZ, Robert. A ignorância da sociedade do conhecimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2002. Caderno Mais, p.14. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1301200211.htm>>. Acesso em: 23 maio 2009.

MARCONDES, Carlos Henrique; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O impacto da Internet nas bibliotecas brasileiras. **Transinformação**, Campinas-SP, v.9, n. 2, p. 57-68, maio/ago. 1997.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo; Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro 1, v.1.

MATTOS, Fernando Augusto M. Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da sociedade da informação no Brasil. Revista de Ciência da Informação **DataGramZero**, Brasília, v.7, n.3, p.1-28, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.datagramazero.org.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia,SP: Ateliê Editorial, 2002.

NASCIMENTO, Alberico Francisco do. **Educação a distância e fetichismo tecnológico**: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil. 2011. 233f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: \_\_\_\_; RIZEK, Cibele Saliba. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, Marcos Antônio Barbosa. A sustentabilidade ambiental como demanda crescente. **Série Políticas Públicas em Debate**, São Luís, v.1, p.29-38, jul.2001.

PAULO NETTO, José. Palestra apresentada no Encontro Nacional de Assistentes Sociais, CEFESS, nov. 1997. 1 videocassete.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo**: uma crítica à concepção liberal de cidadania. Disponível em:

[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo939\\_merged.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo939_merged.pdf).

Acesso em 12 jan.2018.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, n.6, não paginado, jul./dez. 2001. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 10 set. 2009.

SOARES, Danielle de Queiroz. **A reestruturação produtiva e as políticas públicas de inclusão digital no Brasil hoje**: o caso PROINFOR. 2007. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

SOARES, Delfim. Globalitarismo e dependência tecnológica: considerações sobre a transnacionalidade de uma crise. **Ciberlegenda**, n. 2, não paginado, 1999. Disponível em: [www.compuland.com.br](http://www.compuland.com.br). Acesso em 16 fev. 2011.

SCHUMPETER, Joseph. Processo de destruição criativa. In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

TAKAHASHI, Tadao (Org.) **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

Recebido em: 05 de fevereiro de 2018 Aceito em: 06 de junho de 2018
--